

O REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO E OS CONFLITOS ASSIMÉTRICOS: UMA PROPOSTA PARA O PREPARO DO PESSOAL E O EMPREGO DE MUNIÇÃO NÃO LETAL

Rodrigo Schmidt Rodrigues^A

RESUMO

Desde o final da Segunda Guerra Mundial o mundo vem assistindo a diversos conflitos de baixa intensidade. As confrontações entre partes beligerantes não têm apresentado, nos dias atuais, as características evidenciadas no campo de batalha nos períodos até 1945: grandes exércitos regulares combatendo com amplo emprego da manobra em guerras onde havia semelhança no poder relativo de combate dos contendores, e sob a absoluta tutela dos Estados envolvidos nos conflitos.

Hoje, a guerra tem se caracterizado pela assimetria do poder relativo de combate entre as forças litigantes, o que caracteriza a Guerra de Quarta Geração. Neste sentido, o presente estudo teve por objetivo integrar os conceitos básicos e a informação científica relevante e atualizada, a fim de fornecer subsídios para a melhor compreensão de como o Regimento de Cavalaria Mecanizado deve ser adestrado e qual o material de

emprego militar a ser utilizado na realidade brasileira, diante da escalada do crime organizado, da luta contra o narcotráfico e contra os ilícitos transfronteiriços. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica baseada em publicações de autores de reconhecida importância no meio acadêmico e em artigos veiculados em periódicos de ampla utilização para estudos de assuntos militares atinentes à defesa.

Os resultados indicam que a inserção de matérias como gerenciamento de crises, técnicas de progressão em ambiente urbano e aspectos jurídicos das operações de garantia da lei e da ordem nos planos de disciplinas das Escolas Militares de formação de Oficiais e Sargentos, bem como nos planos de adestramento utilizados nos corpos de tropa, e ainda a utilização de armamento e munições não letais são medidas que promovem modificações eficazes capazes de colocarem o Regimento de Cavalaria Mecanizado em condições de enfrentar o combate moderno.

^A – Mestre Profissional em Operações Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) em 2009.

Palavras-Chave: Assimetria, poder relativo de combate, Regimento de

Cavalaria Mecanizado e Guerra de Quarta Geração.

ABSTRACT

Since the end of Second World War, the world has been watching various conflicts of low intensity. The clashes between warring parties have not presented, today, the features shown on the battlefield in time to 1945: large regular armies fighting with extensive employment of maneuver in wars where there was similarity in the relative power of the contenders to fight, and under the absolute authority of the states involved in conflicts.

Today, the war has been characterized by the asymmetry of power on the battle between the forces litigants, which characterizes the Fourth Generation Warfare. Accordingly, this study aimed to integrate the basic concepts and scientific information relevant and updated to provide subsidies for the better understanding of how the Mechanized Cavalry Regiment should be trained and what military employment materials should be used in Brazilian reality, considering the rise of organized crime, the fight against illicit drug trafficking and border illicit. We performed a literature search based on publications by authors of major importance in academia and in

articles in journals of running wide use for studies of issues pertaining to military defense.

The results indicate that the inclusion of subjects such as crisis management, technical development in the urban environment and legal aspects of the operations of ensuring law and order in the plans of disciplines of the graduation Military Schools of Officers and Sergeant, as well as plans training used by the troops in the quarters, and the use of not lethal arms and ammunition are ways to promote effective changes able to make the Mechanized Cavalry Regiment ready to face the modern combat.

Keywords: Asymmetry, relative power in combat, Mechanized Cavalry Regiment and Fourth Generation Warfare.

1 INTRODUÇÃO

Segundo Alessandro Visacro, em seu livro intitulado *Guerra Irregular*, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, ocorreram mais de oitenta guerras de natureza assimétrica. Noventa e seis por cento dos conflitos transcorridos durante a década de 1990 foram assimétricos.¹ Um breve olhar sobre as áreas de tensão e as áreas conflagradas em torno do planeta reforça a idéia de supremacia das práticas consagradas como “irregulares”, pois grupos insurgentes, organizações terroristas e facções armadas romperam o pretenso monopólio estatal sobre a guerra, protagonizando os principais conflitos da atualidade¹.

Nas selvas da América do Sul e, sobretudo, nos centros urbanos super povoados dos países pobres ou em desenvolvimento, ainda conforme o autor do livro *Guerra Irregular*, o Estado vem se defrontando com ameaças difusas e complexas, as quais não consegue extinguir. A guerra do século XXI tem assumido, de fato, a feição do combate irregular. As práticas de terrorismo, subversão e guerrilha difundiram-se de tal forma que afetaram, direta ou indiretamente, em maior ou menor grau, a quase

totalidade das nações do globo, incluindo o Brasil¹.

Para que seja profícua a pesquisa ora realizada, este trabalho buscará caracterizar o conceito de conflito assimétrico, através da sua conceituação por mais de um autor de obras que versam sobre o tema. A apresentação de casos históricos de conflitos dessa natureza será, também, ferramenta de grande relevância para a ilustração do que se pretende demonstrar no presente estudo. Contudo, para que haja a identificação precisa das modificações necessárias para o emprego do Regimento de Cavalaria Mecanizado (RC Mec) na guerra assimétrica, faz-se necessário entender a Guerra de Quarta Geração, bem como quais foram as gerações que a antecederam, com as suas características correspondentes.

Assim, ao se confrontar as novas demandas ditadas pela feição progressivamente mais irregular do combate atual com o atual preparo do RC Mec no que tange ao seu pessoal e material, no sentido de se verificar a possibilidade de emprego do Regimento em combate assimétrico, surge a seguinte problemática: Quais modificações se fazem necessárias

quanto ao preparo do efetivo do Regimento de Cavalaria Mecanizado e quanto à sua dotação de material, em particular o seu armamento?

Os manuais de campanha C 2-1, EMPREGO DA CAVALARIA, 3ª edição, 1999, e C 2-20, REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO, 2ª edição, 2002, bem descrevem as possibilidades de emprego do RC Mec, sendo o segundo bastante detalhado no que tange à organização do pessoal e do material do regimento em questão. Entretanto, a análise aprofundada da aludida bibliografia com vistas à busca de elucidação quanto ao emprego em combate irregular leva à conclusão de que não há, até o presente momento, texto que norteie o preparo do pessoal militar do RC Mec para o combate que não seja o regular, que é objeto do adestramento que anualmente ocorre em todas as unidades do Exército Brasileiro.

Neste sentido, a presente pesquisa justifica sua relevância ao desenvolver um trabalho de grande contribuição ao Exército Brasileiro (EB), consubstanciado em uma análise fundamentada em procedimentos científicos, a respeito de um tema atual e de suma importância, que são as possibilidades de emprego do RC Mec em confrontos com características

assimétricas face à realidade brasileira, propiciando um levantamento de dados referentes à ocorrência de ilícitos transnacionais em faixa de fronteira, combate ao crime organizado e defesa a regiões do Brasil que despertam a cobiça de outras nações do mundo.

Para caracterizar uma das possibilidades de emprego do RC Mec atualmente, cabe destacar um retrato atualizado do crime organizado das grandes cidades. Ao contrário dos grupos revolucionários de esquerda, atuantes à época dos governos militares (1964-1985), as facções do crime organizado dispõem, atualmente, de vultosos recursos. Somente o Primeiro Comando da Capital (PCC) movimentou, em 2006, R\$ 36 milhões.¹ Enquanto a Aliança Libertadora Nacional (ALN) e demais organizações de luta armada sofriam severas restrições para adquirir ou fabricar armamento, o narcotráfico mantém-se abastecido pelo mercado ilegal de armas de fogo. Mesmo assim, ocorreram nos anos de 2000, 2001 e 2002 (até 25 de novembro), 129 ações ou tentativas de ação contra instalações militares ou suas guardas na área de responsabilidade do Comando Militar do Leste. Quase sempre, seus objetivos eram o roubo de armamento, particularmente fuzis e

munição.¹

Como já foi visto, uma real possibilidade de emprego do EB, num contexto de guerra assimétrica, é no combate a ilícitos praticados por compatriotas, o que nos impõe atentarmos sempre para os aspectos de ação dentro dos ditames das operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), com todas as imposições jurídicas decorrentes e observância quanto à utilização de material não letal.

Buscou-se, por meio do presente estudo, criar subsídios à Força Terrestre através de novas idéias e conceitos sobre a introdução de assuntos em planos de disciplinas (PLADIS) das escolas de formação de

2 METODOLOGIA

Quanto à natureza, o presente estudo utilizou o conceito de pesquisa aplicada, objetivando gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução do problema proposto, qual seja, como adequar o emprego do Regimento de Cavalaria Mecanizado (RC Mec) a um quadro de conflito assimétrico.

Como forma de abordagem foi utilizada a qualitativa, através da qual será buscado na literatura as informações existentes sobre o objeto em questão,

Oficiais e Sargentos visando ao preparo dos quadros do RC Mec para o combate assimétrico. O conhecimento mais elaborado das características da assimetria presente nas atuais contendas e das evoluções pelas quais a guerra vem passando, em particular após o término da 2ª Guerra Mundial, facultará ao EB preparar os seus quadros de forma mais adequada, o que poderá, em caso de conflito armado, ser de grande utilidade para a resolução favorável do conflito e apresentar-se como forte componente dissuasório, amenizando ou neutralizando intenções nefastas de agressões à soberania e à integridade territorial brasileiras.

no sentido de construir um arcabouço teórico para um melhor delineamento do trabalho. Tal forma é a que mais se adéqua, pois foram considerados relevantes fatores sociais, políticos, ideológicos e técnicos que cercam os aspectos estudados.

Em um primeiro momento foi realizada uma pesquisa de revisão de modo a esclarecer a atual estruturação do Regimento de Cavalaria Mecanizado no que tange ao seu pessoal e material. Em seguida,

buscou-se caracterizar as quatro gerações da guerra, definir a guerra assimétrica, apontar casos históricos de emprego de tropa em conflitos assimétricos e apresentar novas perspectivas de emprego do RC Mec em decorrência das hipóteses de conflito existentes no território nacional que evidenciam a presença de assimetria em relação ao poder de combate. A pesquisa visou contrapor a atual organização do RC Mec às possibilidades de fricção com características assimétricas no território brasileiro.

A análise das possibilidades de envolvimento do Brasil em conflitos assimétricos foi realizada por meio de pesquisa bibliográfica, onde foram utilizados dados extraídos de livros e artigos científicos publicados por autores de reconhecida competência nos meios acadêmico e militar; manuais de campanha nacionais e estrangeiros e informações veiculadas na rede mundial de computadores (internet), por empresas especializadas na produção de armamento e munições não-letais.

Quanto aos procedimentos técnicos, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, pautando-se como método a leitura exploratória e seletiva do material de pesquisa. Tal fato

permitiu a definição de termos, a coleta de dados e a estruturação de um modelo teórico de análise que possibilitou, por sua vez, a solução do problema proposto, consubstanciado em um corpo de literatura atualizado e compreensível.

Na busca do embasamento científico necessário à definição de termos e estruturação de um modelo teórico que se constituísse no suporte necessário à descrição e análise das questões de estudo, viabilizando a solução do problema de pesquisa, foi realizada uma revisão literária nos seguintes termos:

a. Fontes de busca

- Artigos científicos publicados na revista *Military Review*, editada em *Fort Leavenworth*, Estados Unidos da América.
- Livros editados pela Biblioteca do Exército Editora (BIBLIEx);
- Manuais de Campanha aprovados pelo Estado-Maior do Exército;
- Legislação constante no Sítio do Ministério da Defesa;
- Livros e Monografias da biblioteca da EsAO; e
- Artigos publicados no sítio www.defesanet.com.br.

b. Estratégia de busca para as bases de dados eletrônicas

Durante as pesquisas nas bases de dados eletrônicos foram empregados os seguintes termos descritores: "*conflitos assimétricos, Guerra de Quarta Geração, munições não letais, estratégia nacional de defesa, casos históricos de combate assimétrico*", conforme as peculiaridades de cada base de dados.

Ao findar da busca eletrônica, as referências bibliográficas dos estudos considerados relevantes foram analisadas, a fim de localizar artigos não encontrados na referida pesquisa.

c. Critérios de inclusão

- Estudos publicados em português, inglês, ou espanhol.

- Estudos produzidos por autores de reconhecida competência no meio militar.

- Estudos qualitativos que descrevam as possibilidades de emprego do Exército Brasileiro em conflitos assimétricos.

- Estudos qualitativos que descrevam o emprego histórico de tropa em conflitos com evidente assimetria do poder relativo de combate.

d. Critérios de exclusão

- Artigos e matérias produzidos

por autores de competência não reconhecida pelo Exército Brasileiro ou pelas demais Forças Singulares.

- Estudos com objeto de pesquisa pouco definido e explicitado.

A análise das hipóteses de conflito existentes no interior do território nacional, face às suas potenciais características assimétricas, pretendeu identificar e analisar os aspectos que precisam ser aperfeiçoados no preparo do pessoal e na dotação de material do Regimento de Cavalaria Mecanizado.

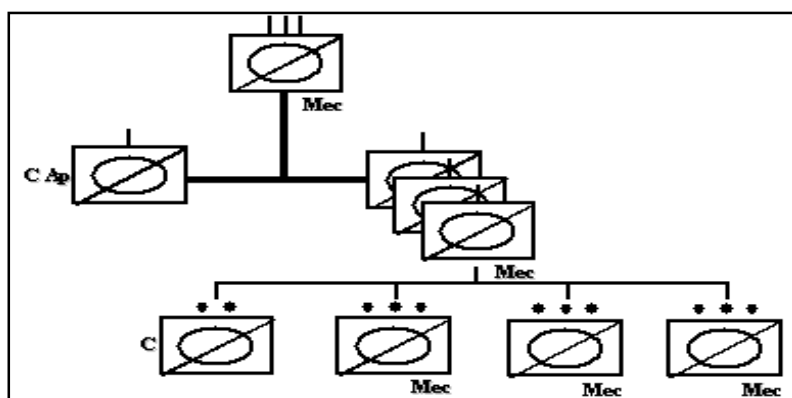
Foi procedida uma análise à Estratégia Nacional de Defesa, buscando identificar a guerra assimétrica como uma efetiva possibilidade para o emprego do Exército Brasileiro atualmente.

Portanto, trata-se de uma pesquisa qualitativa, pois durante a pesquisa bibliográfica e documental, ocorreu a interpretação de fenômenos de forma descritiva (qualitativa) ao se analisar os dados teóricos disponíveis nas diversas fontes bibliográficas, concluindo sobre as necessidades de mudanças para um emprego mais efetivo do Regimento de Cavalaria Mecanizado.

3 RESULTADOS

A seguir, serão abordados a estrutura organizacional do RC Mec e o seu material de dotação, as quatro gerações da guerra, os principais conceitos relativos à guerra assimétrica e ao conflito de Quarta Geração, casos históricos de emprego de tropa em combate assimétrico e as ameaças externas que colocariam o Exército Brasileiro e, em particular o RC Mec, em desvantagem quanto ao poder relativo de combate.

3.1 O REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO



Os Regimentos de Cavalaria Mecanizados (R C Mec) possuem a seguinte estrutura organizacional básica:

- Comando e Estado-Maior (EM);
- 1 (um) Esquadrão de Comando e Apoio (Esqd C Ap);
- 3 (três) Esquadrões de Cavalaria Mecanizados (Esqd C Mec)².

3.1.1 Comando e Estado-Maior

O comando do regimento é constituído por seu comandante e um EM, com atribuições de planejar, organizar, coordenar e controlar todas as atividades e o emprego da unidade.² Dentro do EM estão o Subcomandante, o Oficial de Pessoal, o Oficial de Inteligência, o Oficial de Operações e o Oficial de Logística, basicamente. Outros membros compõem o EM especial, devido as suas funções ou habilitações técnicas².

3.1.2 Esquadrão de Comando e Apoio

O Esqd C Ap destina-se a apoiar o comando da unidade com os meios necessários à condução das operações de combate e prestar o apoio de fogo e logístico às operações do regimento. É constituído pelos seguintes elementos:²

- Comandante e subcomandante
- Seção de comando
- Pelotão de comando
- Pelotão de morteiros pesados
- Pelotão de comunicações
- Pelotão de suprimento

- Pelotão de manutenção
- Pelotão de saúde

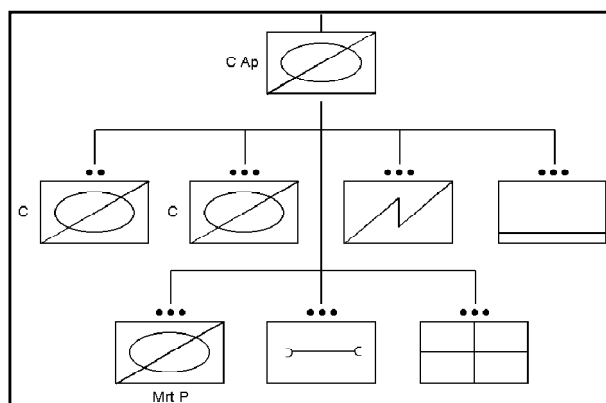


Figura 2: Organograma do Esquadrão de Comando e Apoio

Fonte: Manual de Campanha C 2-20 Regimento de Cavalaria Mecanizado.

3.1.3 Esquadrão de Cavalaria Mecanizado

Dotado de boa mobilidade através de campo, potência de fogo, relativa proteção blindada de parte de suas viaturas e múltiplos meios de comunicações, constitui-se no elemento de manobra do comandante do regimento. É composto pelos seguintes elementos:²

- Comando
- Seção de comando
- Seção de morteiros médios

- 3 (três) Pelotões de cavalaria mecanizados

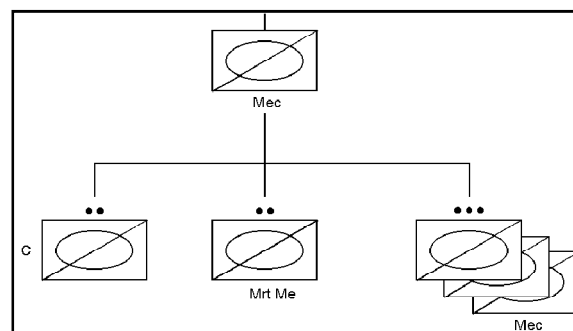


Figura 3: Organograma do Esquadrão de Cavalaria Mecanizado

Fonte: Manual de Campanha C 2-20 Regimento de Cavalaria Mecanizado.

Vale ressaltar a composição e o efetivo (por fração e total) de um pelotão de cavalaria mecanizado:²

- Grupo de Comando: 3 homens
- Grupo de exploradores (GE): 12 homens
- Seção de Viaturas Blindadas sobre Rodas (Seç VBR): 6 homens
- Grupo de combate (GC): 11 homens
- Peça de apoio (Pç Ap): 5 homens
- **Efetivo total: 37 homens.**

3.2 A DOTAÇÃO DE MATERIAL DO REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO

Sendo o estudo relativo à adequação em material do RC Mec para o seu emprego num contexto de

combate assimétrico, passaremos a estudar, em detalhes, o material de emprego militar de dotação do aludido regimento.

A Portaria Reservada número 244, de 23 de dezembro de 1996, em seu artigo 1º aprova e adota para o Regimento de Cavalaria Mecanizado o Quadro de Dotação de Material (QDM) Q4-0, aprovado pela Portaria número 074 – Estado-Maior do Exército – Reservada , de 20 de novembro de 1985. A distribuição do mencionado material se encontra no apêndice deste trabalho.

3.3 AS GERAÇÕES DA GUERRA

Segundo o Gen Álvaro de Souza Pinheiro, estudioso da guerra irregular, as quatro gerações começaram com a Paz de Westphalia, em 1648, ao findar a Guerra dos Trinta Anos. Com esse tratado, o Estado estabeleceu um monopólio de guerra. Anteriormente, muitas entidades diferentes haviam combatido em guerras: famílias, tribos, religiões, cidades e empresas, usando diversos meios, não somente exércitos e marinhas. Dois desses meios, por exemplo, como a extorsão e o assassinato, estão de novo em voga^{1, 3}.

O fato de estarem baseados no tempo, não significa que os conceitos

abordados acima deixaram de se fazer presentes na atualidade¹.

3.3.1 A Primeira Geração

A primeira geração da guerra moderna – guerra de linha e coluna – onde as batalhas eram formais e o campo de batalha era ordenado, durou, aproximadamente, entre 1648 e 1860. A relevância da primeira geração surge do fato que o campo de batalha ordenado criou uma cultura militar de ordem. A maioria das características que distinguem o militar do civil (uniformes, continências, graus hierárquicos etc.) são produtos da primeira geração, com a intenção de reforçar a cultura da ordem.^{1, 4}

O valor combativo de uma tropa podia ser medido pelo modo como desfilava ou como se portava em forma. Para os soldados de primeira geração, a disciplina reduzia-se à rígida obediência às normas emanadas dos escalões superiores e podia ser expressa por gestos e saudações formais. A iniciativa e a liberdade de ação, em geral, eram indesejáveis, pois comprometiam os planos e as ordens de batalha previamente elaborados.⁴

Já em meados do Século XIX, o ordenado campo de batalha começou a se desordenar. Exércitos concentrados, soldados motivados para a guerra,

mosquetes raiados e, mais tarde, armas de retrocarga e metralhadoras tornaram as táticas antigas de linha e coluna primeiro obsoletas e logo suicidas.¹

O problema desde então tem sido uma crescente contradição entre a cultura militar e o aumento da manobra no campo de batalha. A cultura da ordem, que outrora foi coerente com o ambiente no qual operava, tem ficado cada vez mais incoerente com o mesmo.¹

3.3.1 A Segunda Geração

Em meados do século XIX, as inovações tecnológicas promovidas pela Revolução Industrial deram origem a uma nova geração: a segunda. Batalhas sangrentas como Gettysburg (Estados Unidos, 1º de julho de 1863), Curupaiti (Guerra da Tríplice Aliança, 1866) e Balaclava (batalha entre o Império Russo e a coligação anglo-franco-otomana, no contexto da Guerra da Criméia, em 25 de outubro de 1854), por exemplo, marcaram a transição entre as duas primeiras gerações da guerra moderna.⁴

A guerra de segunda geração, desenvolvida pelo Exército Francês, durante e depois da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), procurou uma solução no fogo concentrado, a maior parte dele de Artilharia. Cabe ressaltar

que foi na Primeira Guerra Mundial que a segunda geração atingiu seu ápice, sendo caracterizada pela ascendência do sistema apoio de fogo sobre a manobra.¹

Segundo Alessandro Visacro, o objetivo era o atrito e a doutrina resumida pelos franceses como sendo “a artilharia conquista, a infantaria ocupa”. O poder de fogo era cuidadosamente sincronizado (usando-se planos e ordens detalhados e específicos) para a Infantaria, carros de combate e Artilharia, em uma “batalha conduzida”, onde o comandante atuava, com efeito, como o regente de uma grande orquestra. A guerra de Segunda Geração atingiu seu objetivo, porque chegou trazendo um grande alívio para os soldados (ou ao menos para os seus oficiais), uma vez que preservava a cultura da ordem no campo de batalha. O enfoque era voltado para dentro, sobre regras, processos e procedimentos, e a obediência, mais importante do que a iniciativa. De fato, a iniciativa não era bem-vinda, pois colocava a sincronização em perigo. A disciplina era vertical, hierarquizada, imposta. A guerra de Segunda Geração significava: “pôr aço no alvo”.¹

3.3.2 A Terceira Geração

A guerra de terceira geração representou a introdução da manobra e um retorno à mobilidade, que fora abandonada por ocasião da 1ª Guerra Mundial, em razão do desenvolvimento do sistema apoio de fogo e a consequente permanência dos militares em trincheiras.¹

Essa guerra, também um produto da I GM, foi desenvolvida pelo Exército Alemão, conhecida como *blitzkrieg* ou a guerra de manobra. A guerra de Terceira Geração foi baseada não no poder de fogo e no atrito, mas na velocidade, na surpresa e no deslocamento físico. Taticamente, durante o ataque, o militar da Terceira Geração procura adentrar nas áreas de retaguarda do inimigo, causando-lhe o colapso da retaguarda para frente. Ao invés de “aproximar e destruir”, o lema é “passar e causar o colapso”.⁵

Na defesa, a idéia é de atrair o inimigo para então cortar-lhe a retirada. A guerra deixa de ser um concurso de empurrar, onde as forças tentam segurar ou avançar uma linha; transforma-se em não linear.¹

3.3.3 A Quarta Geração

Características, tais como a descentralização e a iniciativa, são passadas adiante, da terceira geração para a quarta, mas em outros aspectos.

Ela marca a mudança mais radical desde a Paz de Westphalia. Nessa geração de guerra o Estado perde o monopólio sobre a guerra propriamente dita.

Em todo o mundo, militares se encontram combatendo oponentes não estatais, tais como: a Al-Qaeda, o Hezbollah e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, entre outros, e em quase em toda parte o Estado está sendo derrotado.¹

A Guerra de Quarta Geração é também marcada por uma volta a um mundo de culturas,¹ não meramente de países em conflito. A razão da presença do termo “culturas” é a necessidade de, neste tipo de conflito, se conhecer a fundo as características culturais e os hábitos do oponente, pois a motivação de guerrilheiros que combatem a guerra irregular é, muitas vezes, de ordem religiosa, idealista, ou seja, matar por um ideal, em nome de Deus.³ Em guerras dessa natureza uma invasão de imigrantes pode ser tão perigosa quanto a invasão do exército inimigo.

Destacam-se, também, os reflexos da globalização, a facilidade das comunicações e o conhecimento como matéria-prima, moldando as atividades econômicas e financeiras, onde a propriedade de uma empresa

pode estar distribuída em todo o mundo, com pouco interesse nas necessidades políticas da nação origem. No fim das contas, um entendimento real da história indica que não enfrentamos nada de novo no mundo. A Guerra de Quarta Geração não é algo novo, mas um retorno, especificamente um retorno, à maneira pela qual a guerra funcionava antes do surgimento do estado.⁵ A explicação para este retorno é simples. Sendo uma das principais características da Guerra de Quarta Geração a “desestatização” da guerra, ou seja, segundo Alessandro Visacro (2009), “o estado perde o monopólio sobre a guerra”, é lícito afirmar que esse tipo de combate é o que ocorria desde períodos anteriores à conformação dos estados soberanos no mundo, com suas próprias leis e capacidade de autodeterminação.

3.4 DEFININDO A GUERRA ASSIMÉTRICA

“A guerra assimétrica é empregada, genericamente, por aquele que se encontra muito inferiorizado em meios de combate, em relação aos de seu oponente. A assimetria se refere ao desbalanceamento extremo de forças. Para o mais forte, a guerra assimétrica é traduzida como forma ilegítima de violência, especialmente quando

voltada a danos civis. Para o mais fraco, é uma forma de combate [...]”⁶

Lessa *et. al.* depois de advertir que sua discussão no Brasil “tem ficado restrita aos círculos que tratam os problemas militares”, a define como “uma guerra sem território e que abrange todo o planeta, com repercussões dos pontos de vista bélico, econômico, político e psicológico”, caracterizando-a como resultado dos ataques terroristas do dia 11 de setembro e limitando-a nesse contexto.³

Em termos operacionais, então, a assimetria entendida como desbalanceamento, “deriva-se de uma força empregando novas capacidades que o oponente não percebe, nem compreende”⁶ e nem espera, “capacidades convencionais que sobrepõem as do adversário ou que representam novos métodos de ataque e defesa”⁶, no intuito de explorar as fraquezas contrárias impedindo simultaneamente que o inimigo possa empregar seus fatores de força.⁶

Fundamentalmente, o conflito assimétrico é a confrontação entre o “fraco” e o “bem mais forte”. As situações em que um dos contendores em presença possui um poder de combate significativamente superior ao

de seu(s) oponente(s) vem sendo alvo dos estudos de conceituados formuladores do pensamento e da estratégia militar, desde os tempos de Sun Tzu, Clausewitz e Beaufre.⁷

Qual seria, então, a diferença com a guerra de manobra? A diferença fica na novidade de emprego de meios ou procedimentos ou na combinação inesperada deles.

O conflito assimétrico também é assimétrico quanto à aplicação do Direito Internacional Humanitário. Se hoje, graças ao poder crescente da mídia e da opinião pública, os exércitos regulares são impelidos a se subordinarem incondicionalmente às normas legais da guerra, forças irregulares não se sujeitam a nenhum tipo de restrição jurídica e, ainda, exploram habilmente esse fato a seu favor, gozando de maior liberdade de ação e aproveitando as oportunidades de propaganda oferecidas pelas unidades regulares, quando estas violam a lei da guerra ou fazem uso desproporcional da força, vitimando civis inocentes.¹ A opinião pública, de um modo geral, mostra-se menos tolerante com as forças convencionais que infringem as normas humanitárias dos conflitos armados do que com os crimes bárbaros perpetrados por guerrilheiros e terroristas.¹

Como afirmou Von der Heydte:

“O poder que promove a guerra irregular não conhece quaisquer obrigações, pois nada o submete à obediência da lei civil, da lei internacional, e nada há que o submeterá à lei da guerra [...]. mais que isso, o poder de promover a guerra irregular pode explorar totalmente as possibilidades jurídicas que lhe são proporcionadas”.

A utilização de exercícios de manobras ofensivas e defensivas que têm distinguido as atuais formas de adestramento do Exército Brasileiro pouca ou nenhuma serventia têm em uma Guerra de Quarta Geração, em que prevalecem fatores de ordem política, cultural e psicológica em detrimento do poder relativo de combate das partes beligerantes. Não foram poucas as forças convencionais que, mesmo dotadas de liderança e dos meios necessários, tornaram-se impotentes ou sofreram grandes reveses diante de pequenos contingentes guerrilheiros ou células terroristas.¹ Um exemplo disso foi a derrota russa ocorrida em Grozni, capital da Chechênia, em 1996, dois anos após a determinação do presidente russo Boris Yeltsin da invasão ao território checheno, que pertencera à Rússia até o ano de 1991.

3.5 EMPREGO DE TROPA EM CASOS HISTÓRICOS PELO MUNDO

3.5.1 A Guerra do Vietnã

O conflito entre o Vietnã do Norte e o Vietnã do Sul começou em 1957. Quatro anos depois os EUA passaram a participar do confronto, enviando conselheiros militares. Logo em seguida, com o assassinato de Dinh Diem, os EUA começaram a se utilizar de seus exércitos para lutar contra o avanço dos vietcongues, nome pejorativo dado aos sul-vietnamitas comunistas que participaram da guerra. Para justificar sua ação, os EUA acusaram o Vietnã do Norte de participar do ataque a embarcações norte-americanas no Golfo de Tonquim.⁵

Em tese, a superioridade bélica das forças ocidentais deveria fazer daquela guerra um conflito de curta duração. O uso de armas de última geração, armas químicas, bombas de fragmentação e as famosas bombas de napalm garantiriam o triunfo contra os comunistas.¹ Entretanto, as táticas de guerrilha e o exímio conhecimento territorial possibilitaram vitórias significativas aos vietcongues. A primeira delas ocorreu em janeiro de 1968, período marcado pela famosa “Ofensiva do Tet”.¹

O Exército norte-americano se convenceu de que o fracasso no Vietnã foi culpa de um tímido alto-comando, de uma mídia hostil, de uma base de apoio popular fraca e da impossibilidade de cumprir aquela missão. Apesar de oficiais do Exército desenvolverem atividades com habilidade, obtendo inúmeros êxitos na guerra contra forças adversas em países como a ex-Iugoslávia (confrontos entre sérvios e o Exército de Libertação do Kosovo, 1999), a instituição continuou a tratar a guerra irregular como uma exceção, um dever adicional ou simplesmente um erro. O resultado foi um exército não tão bem preparado para, anos mais tarde, em 2003, travar combate como deveria contra os sofisticados inimigos insurretos no Iraque e no Afeganistão.⁵

3.5.2 A longa jornada do IRA

O Exército Republicano Irlandês (Irish Republican Army – IRA) foi uma das mais destacadas e influentes forças de combate assimétrico do século XX.¹ No violento e conturbado cenário político-militar em que se transformou a ilha da Irlanda, a longevidade do IRA, subsistindo e ressurgindo ao longo de décadas com ímpeto renovado, por si só já pode ser considerado um feito digno de menção. Sua extrema violência, que não raro

ultrapassou o limiar da barbárie, convertendo civis inocentes em alvos de atentados terroristas, colocou a organização na vanguarda do combate assimétrico, contribuindo para redefinir a conduta desse tipo de guerra em todo o planeta.¹

Os postos policiais e os quartéis do Exército britânico eram alvos de incursões. As ações eram de pequena envergadura, quase sempre marcadas por extrema brutalidade, calcadas na surpresa e na rapidez. Os guerrilheiros irlandeses não se empenharam desnecessariamente em conquistar terreno ou estabelecer o controle sobre porções territoriais, ao contrário, atacavam e desapareciam como fantasmas em meio à população local.¹

Para conter a crescente onda de violência local, a administração britânica decidiu reforçar o seu contingente policial, recrutando corpos auxiliares entre a Força Revolucionária de Ulster – organização extremista protestante.¹

Enquanto católicos nacionalistas e protestantes unionistas degladiavam-se renhidamente, a crueldade do combate irregular irlandês motivava reações também brutais por parte do aparato repressivo inglês, fomentando um ciclo incontrolável de violência sectária. Normalmente, essa espiral de

violência não favorece o governo estabelecido, beneficiando as forças irregulares.¹

3.6 OS RISCOS DE INTERVENÇÃO INTERNACIONAL E O ENFRENTAMENTO DESSA AMEAÇA

Em situação que exista grande assimetria para mais, em favor de oponentes, que por motivos diversos agridam nossa soberania, teremos a capacidade de emprego da doutrina de resistência, passando a compor o rol de capacidades dissuasórias de nossa Força.⁸

Neste quadro, após a resistência inicial empregando meios e medidas de combate convencional, e com o imprescindível apoio da sociedade, passaremos a desenvolver de forma organizada, contínua e sistemática, operações de pequenos efetivos, visando infligir o máximo de desgaste e perdas ao inimigo, com meios reduzidos, buscando quebrar-lhe a vontade de permanecer por mais tempo em nosso território.⁸

As regiões da Amazônia, do Cento-Oeste e do Sul destacam-se por enquadrar em seu território sete componentes, caracterizados a seguir, segundo o General-de-Exército Carlos Alberto Pinto Silva:

- existência de grande população indígena, com a maioria esmagadora vivendo em condições subumanas, devido à segregação cultural, imposta pela pouca integração com a sociedade e ao distanciamento de antigos costumes tribais, com alguns dos componentes dessa comunidade sendo objeto de manipulação, inclusive com a provocação de conflitos agrários;

- atuação dos movimentos de luta pela terra, que requerem uma mediação e acompanhamento constante, com a finalidade de evitar o confronto de proprietários e invasores;

- suspeita de homizio de terroristas internacionais do “Hammas” e da “Al Qaeda” em Foz do Iguaçu e, no Centro Oeste, na região de Ponta Porã e Bela Vista, associada à concentração de imigrantes de origem árabe-palestina nesses locais;

- suspeita da presença de guerrilheiros peruanos e colombianos na faixa de fronteira pelo grande fluxo de naturais provenientes desses países em nosso território;

- ação do narcotráfico, devido à proximidade com áreas de produção de

cocaína na Colômbia, Peru e Bolívia; maconha no Paraguai, utilizando o território brasileiro como rota terrestre para o tráfico interno ou para Europa e EUA, apoiada em campos de pouso e aeroportos, para o tráfico interno e/ou destinado ao exterior;

- expansão da fronteira agrícola no estado do Mato Grosso, provocando o desflorestamento de parte da Amazônia pela derrubada de árvores e por incêndios de grandes proporções;

- possíveis alterações ambientais decorrentes da exploração econômica da Amazônia, do Pantanal e da bacia do Paraguai, ou de locais ligados a essas regiões, bem como da área compreendida pelo “Aquífero Guarani”.

O Aquífero Guarani, segundo Wikipédia, é a maior reserva subterrânea de água doce do mundo, sendo também um dos maiores em todas as categorias. A população atual do domínio de ocorrência do aquífero é estimada em quinze milhões de habitantes. A distribuição geográfica da reserva, ainda segundo Wikipédia, é como se segue:

Tabela 1- Extensão do Aquífero Guarani nos estados da federação

Unidade da Federação	Extensão do aquífero (Km ²)
Mato Grosso do Sul	213 200 km ²
Rio Grande do Sul	157 600 km ²
São Paulo	155 800 km ²
Paraná	131 300 km ²
Goiás	55 000 km ²
Minas Gerais	51 300 km ²
Santa Catarina	49 200 km ²
Mato Grosso	26 400 km ²

Fonte: Wikipédia, [http:// pt.wikipedia.org](http://pt.wikipedia.org). Acesso em 8 de agosto de 2009.

O território brasileiro, por sua grande extensão e privilegiada localização no globo terrestre apresenta áreas naturais de grande interesse da comunidade internacional.⁸ Dentre elas, podemos destacar o Pantanal e a Amazônia. A defesa dessas regiões, numa hipótese de intervenção externa, ainda que remota, bem caracteriza a necessidade

4 DISCUSSÃO

4.1 NOVAS PERSPECTIVAS DE EMPREGO DO RC Mec

Uma análise prospectiva do emprego das Forças Armadas Brasileiras em médio prazo, particularmente do Exército,

de emprego das Brigadas de Cavalaria Mecanizadas (Bda C Mec) brasileiras, com seus RC Mec orgânicos. No Comando Militar do Sul encontram-se as 1^a, 2^a e 3^a Bda C Mec, e no Comando Militar do Oeste, a 4^a Bda C Mec. Na região amazônica encontra-se o 23^o Esquadrão de Cavalaria de Selva e o 12^o Esquadrão de Cavalaria Mecanizado.^{1, 8}

O enfrentamento à ameaça de uma possível intervenção internacional face aos já mencionados interesses deve se dar por meio de uma mudança de atitudes e da compreensão da importância do preparo do pessoal. Os contrastes tecnológicos existentes entre o Brasil e possíveis nações que manifestem cobiça, em qualquer tempo, por áreas de nosso território, bem como a solução destes, não caracterizaria, isoladamente, fator decisivo na vitória frente a um eventual conflito armado.

certamente apontará para cenários que, por sua diversidade e complexidade, poderão requerer uma mudança no preparo e adestramento da tropa.⁸

Por outro lado, a crescente escalada da violência urbana, referenciada por Visacro (2009), levada a efeito pelo crime organizado, notadamente os vinculados ao narcotráfico e ao contrabando de armas, fugindo, em algumas situações, do controle efetivo do Estado, possibilita ações que atemorizam a população, numa clara tentativa de intimidação e coação da sociedade.⁸

A questão se torna ainda mais complexa, como afirma o General Carlos Alberto Pinto Silva, quando da constatação, fruto de pesquisas e acompanhamento da evolução dos acontecimentos junto aos meios de comunicação de massa, de que a situação não se restringe aos morros e favelas e que, tampouco, podemos combatê-la com numerosos contingentes. A velocidade da proliferação de negócios ilegais, da violência e de grupos criminosos nas instituições e no tecido social é fator determinante para um estudo de possível emprego da Força Terrestre em ações que possam caracterizar conflitos assimétricos.⁸

Os aspectos transnacionais relacionados ao crime organizado com reflexos diretos para a realidade brasileira estão bastante evidentes na extensa faixa de fronteira que

mantemos com diversos países sul-americanos. A proximidade da área estratégica de responsabilidade do Comando Militar da Amazônia, com o Peru e a Colômbia, do Comando Militar do Oeste, com o Paraguai e a Bolívia e do Comando Militar do Sul com o Uruguai e Argentina, países com os quais o Brasil mantém fronteira, favorece a ação permanente do crime organizado, representado por traficantes e contrabandistas, que usam nosso território como rota de escoamento de produtos criminosos para o consumo interno do país e/ou como ponto de baldeação para o exterior.

Essa proximidade geográfica gera uma implicação direta com as ocorrências registradas no restante do país e a compreensão de que o combate eficiente do crime organizado em São Paulo e Rio de Janeiro passa, necessariamente, pela repressão nos estados fronteiriços.¹

O estudo das possibilidades de emprego do poder militar para o enfrentamento das realidades ora descritas mostra que não há uma tendência, aos moldes do que havia na 2ª Guerra Mundial, do envolvimento de oponentes em conflitos envolvendo dois exércitos regulares, com total estatização da guerra.

Desde o final da 2ª Guerra já podemos observar a existência de mais de 80 conflitos de baixa intensidade.¹⁰

A preparação para a Guerra de Quarta Geração não consiste apenas em ajudar a evitar o que hoje é uma hipótese remota, o envolvimento do Brasil em um conflito armado de grande escala. Um exército que conquistou os atributos de flexibilidade e de elasticidade é um exército que sabe conjugar as ações convencionais com as não-convencionais.¹¹

Neste contexto, é fácil perceber a possibilidade de emprego do Exército Brasileiro num quadro de conflito assimétrico e, em particular, do Regimento de Cavalaria Mecanizado. Cabe ressaltar, contudo, que tal afirmativa se justifica por meio da análise de alguns fatores relacionados ao cenário regional. Merece destaque o fato de que o preparo da Força Terrestre visando ao seu contínuo adestramento contempla, sobretudo, uma realidade de combate de terceira geração. Assim, não se deve, sob nenhuma hipótese, abandonar os planos padrão e manuais doutrinários em vigor no âmbito do Exército.⁸ A idéia que antes deve nortear o estudo do emprego da Força numa realidade de guerra assimétrica é a de que o adestramento em operações

convencionais, além de ser o alicerce para o desenvolvimento das capacidades necessárias para enfrentar o desafio da guerra assimétrica, é de grande importância para o combate a inimigos que adotem a guerra irregular.⁸

4.2 AS POSSIBILIDADES DE EMPREGO DO RC Mec

No contexto de Guerra de Quarta Geração, e levando-se em consideração a realidade brasileira, o RC Mec pode ser empregado sob duas formas distintas:

A primeira delas é referente ao combate convencional. A preparação para a defesa da soberania deve receber a mais alta prioridade. A eficiência operacional alcançada por nosso Exército é a base para o desenvolvimento de qualquer outra preparação específica.⁸ A forma de combater estará sempre baseada no valor da preparação geral alcançada para emprego convencional.⁸

Mesmo em situação de emprego como uma força de resistência, ela necessita primeiramente do emprego de forças convencionais, pois a reação inicial deve ser oferecida, seja para avaliação do inimigo, seja para o fortalecimento do sentimento nacional,

essencial para o suporte das ações irregulares.⁸

É importante destacar que a existência de efetiva capacidade de emprego em operações convencionais constitui-se na ferramenta mais importante para a aplicação da estratégia da dissuasão, que deve ser utilizada por nosso país na solução de conflitos.^{6,7}

Em seguida, devemos considerar o emprego do RC Mec em combate assimétrico numa situação em que o oponente tenha poder de combate inferior. Essa hipótese bem caracteriza o tema central deste trabalho, uma vez que se constitui em nova perspectiva de emprego do regimento, com as necessárias adaptações. As ações de GLO por tropa que tenha ação de choque e proteção blindada se fazem oportunas onde seja necessário o emprego de ações bélicas para a normalização da situação em determinadas áreas de nosso país, seja pelo tipo de terreno, armamento ou organização de grupos criminosos.⁸

4.3 O PREPARO DOS LÍDERES

O desenvolvimento da capacidade de combater num ambiente de Guerra de Quarta Geração com eficiência passa pela necessidade de

se modificar o homem, peça chave na condução das operações militares.³ O combate assimétrico determina que haja um complemento ao preparo que vem sendo praticado pelo nosso Exército até os dias atuais. Cabe destacar, contudo, que não devemos abandonar a maneira clássica de adestrarmos o nosso pessoal militar, conforme foi descrito anteriormente, pois a força competente se adapta. O que deve ser feito, todavia, é a introdução de novas idéias quando da preparação para o emprego do líder nas operações de quarta geração. O comandante da Força Multinacional dos Estados Unidos no Iraque, Gen David H. Petraeus transmitiu orientações aos militares americanos, muito adequadas à realidade que propõe este trabalho para o RC Mec. Para que se estabeleça uma comparação entre o que pretende esta pesquisa e os ensinamentos transmitidos ao exército norte-americano, vejamos os tópicos:

Entender a comunidade – o comandante em operações de contexto assimétrico deve mapear e estudar o terreno humano de forma detalhada. É necessário entender os hábitos e as atividades locais. A identificação das lideranças de comunidades ou grupos, bem como a influência dessas pessoas

no dia-a-dia da comunidade devem ser minuciosamente observados.

Manter a continuidade e o ritmo durante as transições – o registro das informações obtidas é de suma importância para a passagem aos comandantes de fração sucessores nas operações. Permitir ao comandante, que assuma uma missão de combate assimétrico em substituição a um anterior, o acesso a informações detalhadas sobre a área na qual irá atuar, dentro de pouco tempo, é de grande valia para que haja uma continuidade segura na operação, demonstrando ao inimigo que não houve solução de continuidade no processo. Dessa forma, não há descanso por parte do inimigo.

Exercer a iniciativa – na falta de orientações ou ordens, decorrente da descentralização imposta pelo transcurso das operações, caberá ao comandante de esquadrão determinar quais seriam as ordens e executá-las de forma decidida. O comandante do regimento fornecerá uma visão ampla, mas caberá ao Comandante de subunidade transformar as grandes idéias em ações específicas.

Capacitar os subordinados – a realidade do conflito de quarta geração é o elevado espírito de iniciativa que se espera dos líderes de todos os níveis

de subordinação. Por isso, deve-se fornecer recursos para que seja possibilitada a ação descentralizada. A capacitação do homem proporcionará a ele os meios e a autoridade para o exercício do comando do seu escalão.

Aprender e se adaptar – na guerra assimétrica é de capital importância avaliar a situação continuamente, evitando-se a acomodação mental e física. Nunca se deve esquecer que o que funciona numa área com presença de inimigo difuso hoje, pode não funcionar amanhã, dada a inexistência de uma caracterização clara do oponente. Os Regimentos envolvidos em operações desta natureza devem permanecer em constante aprendizado.

Efetivo de Qualidade – como acontece hoje em dia, futuras guerras requererão soldados altamente motivados e adestrados, com uma grande variedade de aptidões técnicas. Peritos no assunto prevêm que desenvolvimentos na tecnologia da informação e sofisticados sistemas de armas continuarão a aumentar a complexidade do futuro campo de batalha.

As exigências emocionais do combate assimétrico requerem indivíduos com níveis de maturidade e experiência muito maiores do que as

atuais expectativas dos nossos subordinados.

Formação de Líderes – as futuras operações assimétricas apresentarão aos líderes uma majorada lista de desafios táticos e operacionais. Líderes em todos os níveis devem estar preparados para operarem em um ambiente que, por sua própria natureza, apresenta um grau muito maior de descentralização e não linearidade do que hoje em dia.

Teremos obrigação de fortalecer e propagar as oportunidades para a formação de oficiais e praças para enfrentar operações descentralizadas, não-lineares e contra um inimigo difuso. Esses militares, por conseguinte, deverão desenvolver um alto nível de confiança em si próprios e nas habilidades de seus subordinados⁸.

Negociar: a melhor saída – Diante da realidade de emprego do Exército Brasileiro contra o crime organizado e, portanto, contra cidadãos brasileiros, vemos crescer de importância os aspectos relacionados ao gerenciamento de crise, em detrimento de ações que visem à eliminação de elementos infratores. A presença da tropa em comunidades carentes deve ser caracterizada pelo auxílio à população ali residente, sob pena de se tornar qualquer tipo de

operação inviável em decorrência da hostilidade dos habitantes locais.

Sobre a necessidade de um planejamento analítico especial é importante salientar que a análise e o planejamento durante o desenrolar de uma crise são consideravelmente prejudicados por fatores como a insuficiência de informações sobre o evento crítico, a intervenção da mídia e o tumulto de massa geralmente causado por situações dessa natureza.¹²

As orientações acima, passadas pelo General David Petraeus, do Exército dos Estados Unidos, são aplicáveis aos comandantes das frações do RC Mec. A incorporação, pelos quadros do Regimento, de mudanças segundo essas idéias, será capaz de trazer ao efetivo capacitação profícua para o enfrentamento de situações de conflitos de quarta geração.

4.4 PROPOSTA DE MATERIAL PARA USO PELO RC Mec

Como questão de grande relevância no estudo ora apresentado, está a adequabilidade do material hoje existente no RC Mec para o enfrentamento da realidade brasileira, que se enquadra no conflito de quarta geração.

4.4.1 Emprego de Material Não-letal

No que se refere a materiais não-letais, o Departamento de Defesa Norte Americano considera que:

“Sistemas de armas e munições não letais são aqueles especialmente projetados para emprego primário na incapacitação de pessoas, tendo como objetivo não causar morte ou lesões permanentes, e neutralizar materiais sem causar danos ao patrimônio e ao meio ambiente”.

Conforme afirmou Ânderson Soares (2007), o desenvolvimento de armamentos e munições não-letais tem sido muito incrementado nos últimos anos, principalmente por causa de suas aplicações militares. As armas não-letais podem ser classificadas de acordo com suas funções ou pela tecnologia que empregam no seu desenvolvimento. Podemos dividi-las por função, como antipessoal e antimaterial. As armas não letais de emprego antipessoal têm como função incapacitar pessoas, controlar distúrbios civis, restringir o acesso de área a pessoas ou retirar pessoas de instalações. Na função antimaterial estas armas podem ser usadas para restringir o acesso de veículos a determinadas áreas ou para

incapacitação de veículos e instalações.¹³

Ainda segundo Soares, algumas tecnologias não-letais antipessoal que podem ser apresentadas ao efetivo do Regimento de Cavalaria Mecanizado durante o período de adestramento são: acústicas – sons audíveis, sons inaudíveis e sons de frequência muito baixa, que podem causar grande confusão mental e até desmaios. Químicas – agentes adesivos, tipo espuma; agentes calmantes; barreiras com produtos que solidificam rapidamente; irritantes (CN e CS); lubrificantes para tornar superfícies escorregadias; neurobloqueadores e neuroinibidores. Cinéticas – munições de embaraço, tipo redes; projéteis não penetrantes de borracha, plástico ou madeira; canhões com jato de água de alta potência. Ópticas – lasers de baixa energia, para cegar temporariamente; munições ópticas, como granadas de luz e som (flash bangs); luzes estroboscópicas de alta intensidade para desorientar.¹³

4.4.2 Munições de Impacto Controlado

A empresa de material não letal CONDOR afirma que atualmente as munições de impacto controlado são constituídas de cartuchos com projéteis

de borracha macia, para serem disparados diretamente contra pessoas, a fim de causar ferimentos não-letais e estão disponíveis em dois calibres: o calibre 12, normalmente usado em espingardas e o calibre 38.1 mm. O calibre 38.1 mm é expresso corretamente no sistema métrico, que não é o mesmo que o .38. Este último se trata de 38 alvos de polegada, o que equivale a 9,68 mm. O 38.1 mm, juntamente com o 40 mm e o menos utilizado 37 mm, são calibres para armas de apenas um tiro ou armas com sistema de repetição tipo tambor de revólver, chamados de lançadores de granadas. O modelo militar mais famoso, de um tiro, utilizado no Brasil é o M-79, de 40 mm, muito usado na Guerra do Vietnã e capaz de disparar um tiro de cada vez, sendo recarregado basculando-se o cano. Outro modelo militar é o M-203 de 40 mm, acoplado geralmente à parte de baixo dos fuzis M 16. Os calibre 37 mm e 38.1 mm são calibre mais utilizados por forças policiais, possuindo quase que exclusivamente projéteis de borracha. Ainda segundo a empresa CONDOR, existem dois modelos de munição de borracha para lançadores de granadas de 38.1 mm: a AM 404, que tem em seu interior três bolas de borracha, com diâmetro aproximado de 38 mm e a AM

404/12E, com 12 projéteis de borracha macia, com diâmetros aproximados de 12 mm. Ambos os tipos de cartuchos devem ser disparados de uma distância mínima de 20 m, em direção às pernas dos infratores, evitando-se assim danos maiores ou até mesmo a morte.¹⁴

A munição AM 403 foi projetada para ser utilizada por tropas policiais e militares em operações de controle de graves distúrbios e combate à criminalidade. Consiste em um projétil cilíndrico de borracha macia que pode ser disparado contra uma ou mais pessoas, com a finalidade de deter ou dispersar os infratores, em alternativa ao uso de munições convencionais.¹⁴

A munição AM 403/A, à semelhança da anterior, foi desenvolvida para uso em controle de distúrbios. Se constitui em três projéteis esféricos de borracha macia que podem ser disparados contra uma ou mais pessoas.¹⁴

O cartucho cal. 12 AM 403/M possui alto poder de intimidação psicológica, além de provocar hematomas e fortes dores.¹⁴

O cartucho calibre 12 AM 403/P pode ser lançado, assim como os demais projéteis de borracha do mesmo calibre, por espingardas do tipo “pump action” (tradução: ação de bomba, com repetição por ação de

corrediça), ou até mesmo alguns modelos de espingardas semi-automáticas. Podem ainda ser disparados através de cassetetes lançadores.¹⁴

A Empresa CONDOR desenvolveu, conforme consta em seu site de pesquisa, o lançador calibre 12 para o disparo das seguintes munições:

- Cartucho plástico calibre 12 com projétil detonante – GL 102
- Cartucho plástico calibre 12 com projétil detonante e carga lacrimogênea CS
- Cartucho plástico calibre 12 com projétil de borracha – AM 403

- Cartucho plástico calibre 12 com 3 projetis de borracha – AM 403/A

O lançador calibre 37/38mm de munições não letais AM 600 pode efetuar o disparo de toda a linha de munições não letais no mesmo calibre, como a GL 201, GL 202, GL-203/L, GL 204/Fumaça, AM-404 e AM-404/12-E. Através de um adaptador e um cartucho lançador, poderá lançar granadas da série GL 300 equipadas com acionador do tipo com alça e grampo de segurança.¹⁴

5 CONCLUSÕES

Os conflitos de baixa intensidade ocorridos após a guerra fria, bem como a crescente tendência de se combater contra forças irregulares tem mostrado que há a necessidade de nos adequarmos à realidade de se lutar contra forças com poder relativo de combate visivelmente inferior, mas que dominam a capacidade de retirar do oponente a vontade de combater, por meio de suas táticas de guerra irregular. Eis, portanto, a assimetria do combate moderno, o que caracteriza a quarta geração do combate.

A dinâmica das relações internacionais, as evoluções tecnológicas, as “novas ameaças” e a assimetria de poder militar fizeram ressaltar a vulnerabilidade à violência à qual está submetida a população mundial, suscitando questionamentos quanto à capacidade da Organização das Nações Unidas em evitar conflitos bélicos. Este quadro de instabilidade, tão acentuado neste início de século, leva a uma única certeza: a de uma crescente incerteza.^{15, 16}

Do estudo ora realizado, concluo que há, no caso brasileiro, a

obrigatoriedade de se guardar as devidas proporções no que tange ao emprego do Regimento de Cavalaria Mecanizado em combate assimétrico, na hipótese de ser o Brasil o contendor possuidor de superioridade no poder de combate. Isso se deve ao fato de que o emprego do Regimento dar-se-á dentro das hipóteses que foram apresentadas neste trabalho e, portanto, diferentes dos modelos encontrados em outras partes do mundo. Aponto como primordiais razões dessa distinção duas realidades cruciais: o Exército Brasileiro atuará, neste caso, em território nacional e, portanto, contra ilícitos provocados pela ação de compatriotas infratores, contra quem não se justificaria o emprego de armamentos ou táticas de natureza letal. Tal circunstância descaracterizaria por completo a missão constitucional da Força Terrestre. A outra razão, que é decorrente da primeira, reside no aspecto de ser o interesse do restabelecimento da ordem pública o motivo provável de emprego do Exército contra um inimigo de natureza difusa no Brasil. Pode-se constatar, por conseguinte, que recaímos, no caso de emprego da Força Terrestre num contexto de conflito de quarta geração,

nas ações de Garantia da Lei e da Ordem.

No caso de estar o Exército Brasileiro inferiorizado no poder de combate, outra hipótese caracterizada no decurso deste trabalho, concluo que devemos manter o emprego da doutrina da resistência, para a qual a força terrestre, em particular as unidades localizadas no Comando Militar da Amazônia, já vêm se preparando.

Em razão dos aspectos relacionados ao aumento da criminalidade nos grandes centros e da dificuldade dos poderes públicos em contê-la, fica cada dia mais palpável o emprego das Forças Armadas no combate e repressão à criminalidade. Foi constatado que existe um grande corredor de drogas e armas que abastece o crime organizado nos grandes centros. Um dos pontos críticos deste corredor se encontra na fronteira seca entre o Brasil e o Paraguai, que por suas características territoriais facilitam em muito sua execução. Esta fronteira é defendida territorialmente pelo Comando Militar do Oeste (CMO) que vem promovendo em sua área de responsabilidade operações de GLO, visando em primeiro lugar adestrar a tropa neste tipo de missão, e se adequando com a

realidade de nosso país, reprimir os ilícitos na linha de fronteira. Um exemplo de operação de GLO realizada pelo CMO foi a Operação Cadeado, que contou com a participação da 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada. A operação ocorreu no período de 30 de novembro a 4 de dezembro de 2007.

Ao final do presente trabalho, concluo que pode ser mantida a atual estrutura do Regimento de Cavalaria Mecanizado no que tange às suas SU, pessoal e viaturas. Contudo, faz-se muito necessária a complementação nos aspectos de material, visando às hipóteses de emprego contra opositores com poder de combate notoriamente inferior, no nosso território. A utilização do armamento e da munição não letais se constitui em recurso muito eficaz de intimidação diante da realidade contra o narcotráfico e o crime organizado. Justifico a pertinência do emprego do material não letal ao considerar os seguintes aspectos:

- no caso de necessidade de emprego do RC Mec em operações que visem a combater o crime organizado e o narcotráfico, armas não letais proporcionarão ao comandante da operação uma opção antes do emprego do armamento letal que é de

dotação do regimento evitando, com isso, o disparo de armas, pela nossa tropa, de calibres 7,62 mm, o que poderia caracterizar uso excessivo da força, em particular nas fases iniciais de uma ação da tropa.

- Na eventualidade de uma ação do RC Mec contra opositores em comunidades dominadas por narcotraficantes, onde há a presença de elementos cuja situação no que tange à cooptação pelos agentes do crime é desconhecida (não há como caracterizar cidadãos desarmados e sem qualquer tipo de caracterização relativa a trajes como infratores), com somente a utilização de armamento e munição orgânicos e, portanto, letais, não há nenhum tipo de recurso a ser empregado antes da abertura do fogo propriamente dito, com o conseqüente saldo de mortos ou gravemente feridos em decorrência da ação do Exército.

- No ensejo da formação de turba, quer face ao combate ao crime organizado, quer na tentativa de pacificação diante de movimentos promovidos por organizações de trabalhadores rurais sem terra, dentre outras, o uso de munição não letal trará a incapacitação temporária de considerável número de manifestantes, pelo uso de munições químicas (CS e CN) ou pelo lançamento de munições

de impacto controlado, que poderiam causar até mesmo a queda ao chão de manifestantes sem que estivessem, contudo, mortos. Haveria, dessa forma, o controle do distúrbio sem causar mortes, o que evitaria a divulgação de informações relativas à perda de vidas pela mídia e a decorrente crítica de segmentos da sociedade.

- Nas ações de GLO, a utilização de recursos não letais é fator de preservação da imagem do Exército em ações de combate assimétrico, pois permite uma reação inicial por parte dos militares contra manifestantes para que, somente após esgotadas as possibilidades do uso de munições desse tipo, se passe ao emprego do armamento orgânico, legitimado pelo poder de polícia concedido à tropa durante as operações.

De capital importância é, também, conforme foi estudado neste trabalho, o preparo do pessoal do RC Mec no que tange ao gerenciamento de crises. A negociação é um recurso valioso que pode, por vezes, evitar o uso da força desproporcional aumentando, certamente, a credibilidade e a legitimidade da ação do Exército dentro de comunidades controladas por narcotraficantes ou nas fronteiras, no combate aos ilícitos transfronteiriços. A população residente

no local do conflito, ao se deparar com a utilização por parte do Exército, de recursos que evitem o sofrimento e a violência contra os seus familiares e concidadãos, terá uma maior tendência de apoiar as ações das tropas federais.

A fim de operacionalizar o preparo do pessoal do RC Mec, proponho a inclusão dos seguintes assuntos em documentos de instrução e ensino:

- com a finalidade de atender à demanda de formação dos quadros, em particular dos oficiais, devem ser incluídos nos Planos de Disciplinas (PLADIS) da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) as matérias gerenciamento de crises, aspectos jurídicos, técnicas de progressão e emprego do material não letal em operações de GLO;

- para a formação dos comandantes de fração do Pelotão de Cavalaria Mecanizado, orgânico do RC Mec, devem ser incluídos nos PLADIS da Escola de Sargentos das Armas (EsSA) as matérias técnicas de progressão, gerenciamento de crises e emprego do material não letal.

- no Programa Padrão de Adestramento (PPA) do RC Mec devem ser incluídos os assuntos de técnicas de progressão e emprego do material não letal nas operações de

GLO, para que os Cabos e Soldados do Regimento tenham a mencionada instrução.

Não devemos reescrever a doutrina do Exército, apenas adaptar suas forças para executarem a doutrina de novas maneiras.⁸

REFERÊNCIAS

1. VISACRO, Alessandro. **Guerra Irregular**. Terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história. 1.ed. São Paulo: Contexto, 2009. 380p.
2. BRASIL, Estado-Maior do Exército. **C 2-20: Regimento de Cavalaria Mecanizado**. 2. ed. Brasília: EGGCF, 2002.
3. LIND, Willian S. . **Compreendendo a Guerra de Quarta Geração**. Military Review. Brazilian. Fort Leavenworth. Tomo. LXXXV. Jan-Fev 2005. p. 17.
4. DA SILVEIRA, Rayder Alencar, ALM. Texto de abertura no Seminário na Escola de Guerra Naval sobre “**A Missão das Forças Armadas para o Século XXI**”, em 30 de julho de 2004.
5. ELIOT, Cohen ET AL. **Os princípios, imperativos e paradoxos da contrainsurreição**. Military Review. Brazilian. Fort Leavenworth. Jul-Ago 2006, p. 76.
6. BERMÚDEZ, Brúmmel Vázquez. **A Guerra Assimétrica à Luz do Pensamento Estratégico Clássico**. Rio de Janeiro, Escola de Guerra Naval, 2004.
7. PINHEIRO, Álvaro. **Israel, Hezbollah e o Conflito Assimétrico**. Disponível em <http://www.defesanet.com.br>. Acesso em 08 de julho de 2009, 19:30:05
8. SILVA, Carlos Alberto Pinto. **Guerra Assimétrica: adaptação para o êxito militar**. Disponível em <<http://www.defesanet.com.br>>. Acesso em 03 de maio de 2009, 22:13:25
9. CLAESSEN, Erik A. **Desencorajando Mentes e Corações: Democracias e Insurgências**. Military Review. Brazilian. Fort Leavenworth. Tomo. LXXXVII. Nov-Dez 2007. p. 68.
10. WHITTAKER, David J. **Terrorismo, um retrato**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2005. 488p.
11. BRASIL, Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**. 2. Ed. Brasília, 2008. Disponível em <<http://www.defesa.gov.br>>. Acesso em 05 de julho de 2009 23:32:07.
12. CANHACI, Ricardo Rodrigues. **O Emprego da Força Terrestre na Garantia da Lei e da Ordem: Aspectos Jurídicos**. Rio de Janeiro, 2002.

13. SOARES, Ânderson Rodrigues. **O Esquadrão de Cavalaria Mecanizado nas operações de Garantia da Lei e da Ordem em área urbana: emprego do material.** Rio de Janeiro, Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, 2007.
14. CONDOR, Munições não-letais: Exercício. Disponível em: <<http://www.condornaletal.com.br>>. Acesso em julho de 2009.
15. BRASIL. Estado-Maior da Armada. EMA-305. **Doutrina Básica da Marinha.** Brasília. 2004.
16. LESSA, Carlos; COSTA, Darc; EARP, Fábio Sá. **Depois do Atentado. Notícias da Guerra Assimétrica. A Crise Internacional e o Brasil.** Ed. Garamond Ltda. 2002.
17. ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. **Manual de Campanha nº 3-20.96 – Reconnaissance Squadron.** Headquarters, Department of the US Army, 2006.
18. MEIGS, Montgomery C., General (R). Idéias pouco Ortodoxas sobre a Guerra Assimétrica. **Military Review. Brazilian.** Fort Leavenworth. Vol. LXXXVII. 1o Quarter 2004. p. 2-14.
19. SKELTON, Ike. As Guerras da Fronteira Americana: Lições para Conflitos Assimétricos. **Military Review. Brazilian.** Fort Leavenworth. Vol. LXXXII. 4o Quarter 2002. Number 4. p. 72-79.
20. BRASIL. Estado-Maior do Exército. **C 100-5: Operações.** 3. ed. Brasília: EGGCF,1997.
21. BRASIL, Estado-Maior do Exército. **C 2-1: Emprego da Cavalaria.** 2. ed. Brasília: EGGCF,1999.
22. BRASIL, Estado-Maior do Exército. **C 17-20: Forças-tarefas blindadas.** 3. ed. Brasília: EGGCF,2002.
23. BELLAVIA, David. **De casa em casa em Fallujah.** Uma memória épica da guerra. 1.ed. São Paulo: Larousse, 2009.
24. NEVES, E. B.; DOMINGUES, C. A. **Manual de metodologia da pesquisa científica.** Rio de Janeiro: Centro de Estudos de Pessoal, Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, 2007.
25. ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. **Manual de Campanha nº 34-130 – Intelligence Preparation of the Battlefield.** Headquarters, Department of the US Army, 1994.
26. PETRAEUS, David H. . **Orientação de contrainsurgência do comandante da Força Multinacional do Iraque.** Military Review. Brazilian. Fort Leavenworth. Tomo LXXXIX. Jan-Fev 2009. p. 2-5.